



Gerenciamento de resultados em companhias do setor de construção civil: reflexos da convergência aos padrões contábeis internacionais

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar o comportamento das empresas brasileiras do setor de construção civil listadas na BM&FBovespa em relação ao gerenciamento de resultados e se a adoção do CPC 17 influenciou nas mudanças destes níveis. Para alcançar este objetivo, delineou-se essa pesquisa por meio de uma abordagem quantitativa, realizando-se um estudo empírico. A amostra é composta pelas companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa do setor de construção civil, cujos dados foram coletados através da Economática® e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para o período de 2007 a 2012, períodos esses imediatamente anteriores e imediatamente posteriores a adoção do CPC 17. Aplicou-se o modelo desenvolvido por Kang e Sivaramakrishnan (1995) para estimar o gerenciamento de resultados. Os resultados desta pesquisa demonstraram que no período analisado, 2007 a 2012, os níveis de gerenciamento de resultados das empresas do setor de construção civil são decrescentes. Além disso, observou-se que estas empresas gerenciam para baixo os seus resultados, demonstrando que as escolhas contábeis dos gestores não são só para aumentar seu resultado, como também para diminuí-lo. Já considerando a intensidade do gerenciamento, os resultados indicaram uma redução no grau de gerenciamento de resultados após a vigência do CPC 17 pelas empresas deste setor. O Teste de Diferença de Médias e a regressão linear múltipla confirmaram esse resultado, evidenciando que existe diferença significativa nas práticas de gerenciamento antes e depois a vigência da norma, e uma influência negativa do CPC 17 nos níveis de gerenciamento de resultados destas empresas.

Palavras-chave: Gerenciamento de Resultados; Contabilidade Imobiliária; Construtoras; Construção Civil; CPC 17.

Linha Temática: Mercado de capitais.



1 INTRODUÇÃO

A informação contábil influencia as decisões individuais de seus usuários, afetando a alocação dos recursos, o funcionamento dos mercados e a eficiência da economia (Paulo, 2007). A demanda por informações contábeis de qualidade se diferencia em razão do tipo de usuários, se externos ou internos, da periodicidade, do volume, do nível de detalhamento e do conteúdo, sendo que no setor de construção civil essas diferenças podem ser ainda mais evidentes, visto as peculiaridades específicas desse setor (Marcelli, 2013).

O reconhecimento das receitas tem sido tema recorrente de discussões no ambiente contábil internacional (Falcão, Pinto, & Niyama, 2014). As particularidades de cada país, a importância do tema para o resultado das empresas e seus desdobramentos financeiros corroboram a necessidade do debate (Beckman & Koczan, 2006). No cenário brasileiro, a convergência aos padrões contábeis internacionais afetou a realidade das empresas de construção civil, quando da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção (correspondente ao *International Accounting Standard* – IAS 11, do *International Accounting Standard Board* – IASB), em 2009. Efeitos serão sentidos também em 2018, quando entrar em vigor o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (correspondente ao *International Financial Reporting Standard* – IFRS 15), o qual substitui, entre outros, o CPC 17.

As novas regras seguidas pelos preparadores de relatórios contábil-financeiros estipularam também novas escolhas contábeis que podem afetar os níveis de gerenciamento de resultados (Joia & Nakao, 2014). As escolhas contábeis podem ser usadas pelos gestores em benefício próprio e ao mesmo tempo alinhadas ao interesse da empresa, trazendo ganhos e aumentos de valor para a mesma (Joia & Nakao, 2014).

As normas possibilitam certa discricionariedade aos preparadores e, por essa razão, resultados contábeis dependem do julgamento dos contadores e gestores. Assim, as empresas têm a oportunidade de empregar formas e tipos de manipulação das informações contábeis (Martinez, 2001; Coelho & Lopes, 2007; Paulo, 2007). A convergência dos padrões contábeis locais para as normas do IASB, busca reduzir as distorções das informações divulgadas pelas empresas (Klann, 2011).

Nesse sentido, tem-se o gerenciamento de resultados, que ocorre quando os gestores utilizam seu poder discricionário e seu julgamento no processo de preparação e divulgação de relatórios contábil-financeiros, com objetivo de maximizar o valor da firma, enganar ou encobrir resultados econômicos não satisfatórios ou com objetivo oportunista (Healy & Whalen, 1999; Fields, Lys, & Vincent, 2001). Este pressuposto é corroborado pela Teoria das Escolhas Contábeis, que entende essas escolhas como qualquer decisão cuja a intenção é influenciar o resultado contábil, não de um modo particular, mas também quando influencia questões externas como retorno de impostos e questões políticas e regulatórias (Fields, Lys, & Vincent, 2001).

O setor da construção civil exerce importante papel na economia brasileira, visto que impacta os demais setores e cadeias produtivas que estão inseridas nas atividades econômicas (Marcelli, 2013). Este setor apresenta muita discussão em relação à aplicação de algumas práticas contábeis que foram influenciadas por regulamentações de natureza tributária que serviu para afastar a escrituração das melhores práticas contábeis (Niyama, Cavalcante, & Rezende, 2010).

Diversos estudos, tanto em nível nacional quanto internacional, tem abordado as especificidades desse setor. Questões relacionadas aos critérios de reconhecimento de receitas e despesas dos contratos de construção (Ferreira & Theóphilo, 2007), a integração dos padrões internacionais IAS 11 e CPC 17 (Nascimento, 2007; Watanabe, 2009; Niyama, Cavalcante, & Rezende, 2010; Firmino & Andrade, 2015; Mota, Ventura, Cunha, & Paulo, 2015), impactos



advindos do novo padrão internacional IFRS 15 (Tavares, 2016; Dani, Santos, Filho & Klann, 2017), são alguns exemplos. Outros estudos já iniciaram a discussão sobre a qualidade da informação e gerenciamento de resultados nas empresas desse setor (Almeida & Bezerra, 2012; Marcelli, 2013; Li, Chang & Xie, 2013; Tao & Zhang, 2015; Xu et al., 2016). Apesar dos avanços já obtidos com esses estudos, percebe-se uma carência de estudos que abordem os impactos dos padrões internacionais de contabilidade sobre o gerenciamento de resultados nas empresas do setor de construção civil.

Portanto, considerando os estudos observados e a necessidade de investigar as práticas de gerenciamento de resultados sob a ótica de determinantes que influenciam essas ações, tem-se como questão desta pesquisa: **Quais efeitos a adoção do CPC 17 produziu no gerenciamento de resultados de empresas brasileiras do setor de construção civil listadas na BM&FBovespa?**

Para tanto, tem-se como objetivo analisar o comportamento das empresas brasileiras do setor de construção civil listadas na BM&FBovespa em relação ao gerenciamento de resultados e se a adoção do CPC 17 influenciou nas mudanças destes níveis.

Esta pesquisa se justifica pelo fato que os estudos têm discutido as práticas de reconhecimento de receitas e despesas, os impactos dos padrões internacionais na contabilidade e gerenciamento de resultados destas empresas, mas todos analisados de forma separada e restrita. Por isso, além de perceber a carência de estudos que abordam as práticas de gerenciamento de resultados neste setor, esta pesquisa busca avançar no desenvolvimento dos estudos sobre a qualidade da informação destas empresas, além de considerar este momento oportuno, visto a nova padronização internacional, IFRS 15, que estipulará novas regras e trará nos impactos no reconhecimento de receitas e despesas dessas empresas. Assim, este estudo poderá contribuir para prever o comportamento das empresas no que se refere à adoção do CPC 47.

Além dessa seção de introdução, este artigo é composto pelo referencial teórico, o qual discutirá as práticas de gerenciamento de resultados e reconhecimento de receita alinhadas com os aspectos da Teoria das Escolhas Contábeis, uma seção a metodologia, evidenciando os procedimentos adotados nessa investigação, uma seção contendo a análise e a discussão dos resultados obtidos e, por fim, a conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gerenciamento de Resultados

A qualidade da informação contábil é influenciada pelas escolhas contábeis dos gestores, definidas como uma escolha do gestor por um método em detrimento de outro (Watts, 1992). A contabilidade passa por um momento de transição visto a adoção das IFRS, começando a ser baseada em princípios e regras, as Normas internacionais de contabilidade surgiram para assegurar maior confiabilidade, transparência, comparabilidade e qualidade das informações contábeis (Lemes & Carvalho, 2009, Oliveira & Lemes, 2011).

O gerenciamento de resultados tem o sentido de intervir de forma intencional na elaboração dos relatórios financeiros externos. Essa intervenção tem o intuito de obter algum ganho particular. Assim, o gerenciamento de resultados está voltado ao gerenciamento das divulgações, pois não abrange relatórios gerenciais e outras atividades que podem influenciar práticas e os resultados (Schipper, 1989).

Relatórios financeiros são o meio através do qual os gerentes informam sobre o desempenho das empresas, o que permite que eles façam julgamentos e prestem contas por meio desses relatórios. Dessa forma, os gestores podem utilizar o seu conhecimento sobre o negócio com o intuito de escolher os métodos de relatórios, estimativas e divulgações correspondente a situação econômica desejada. Assim, a divulgação tem o potencial de



manusear o valor da contábil como ferramenta de comunicação. Visto que a auditoria é imperfeita, o juízo da administração dá oportunidades para o gerenciamento de resultados. Ou seja, os gestores podem escolher os métodos ou estimativas que não refletem com precisão a situação econômica daquela organização (Healy & Wahlen, 1999).

Na mesma linha de raciocínio Leuz, Nanda e Wysocki (2003) definem como gerenciamento de resultados a alteração do desempenho econômico divulgado pelas empresas por agentes internos, com o intuito de ludibriar alguns *stakeholders*, ou ainda, para influenciar os resultados contratuais. Portanto, as normas contábeis admitem que os gestores realizem escolhas gerenciais para aplicar métodos contábeis para divulgar o desempenho da empresa. Porém, quando essas escolhas são utilizadas com a intenção de manipular os resultados divulgados, são caracterizadas como gerenciamento de resultados (Richardson, 2000).

Entretanto, a manipulação dos desempenhos da empresa por meio do gerenciamento de resultados pode surgir problemas de *agency*, pois os proprietários ou gerentes podem utilizar do controle com intuito de se beneficiar dos demais *stakeholders* (Leuz, Nanda & Wysocki, 2003).

Dessa forma, a prática de gerenciamento de resultados pode ser compreendida de duas formas: a oportunista e a informacional. A oportunista descreve o gerenciamento de resultados proveniente do comportamento de oportunismo dos administradores. Já a informacional, tem o intuito de evidenciar a qualidade da informação em relação ao valor da organização (Schipper, 1989).

Mesmo que as escolhas de relatórios financeiros possam violar os princípios contábeis geralmente aceitos e constituir-se em fraude, o gerenciamento de resultados pode ocorrer dentro dos limites dos princípios contábeis geralmente aceitos (Dechow & Skinner, 2000). Assim, é de suma importância compreender que o gerenciamento de resultados não é uma fraude contábil, pois as escolhas dos gerentes ocorrem dentro dos limites estabelecidos nos padrões contábeis, o que justifica o estudo sob a ótica da Teoria das Escolhas Contábeis. Quando a norma faculta a discricionariedade para os gerentes, estes optam nas escolhas que não necessariamente refletem a realidade econômica. Ou seja, os gerentes podem optar em função dos benefícios que terá ao reportar determinado resultado (Martinez, 2001).

As definições de gerenciamento de resultados concentram-se nas intenções gerenciais, que não são observáveis. Com isso, torna-se difícil operacionalizar essas definições com base apenas em números contábeis relatados (Dechow & Skinner, 2000). Entre as preocupações relacionadas aos procedimentos metodológicos nos estudos empíricos sobre a discricionariedade nos *accruals*, está a determinação das variáveis que são as mais úteis para prever os componentes não gerenciados (Kang & Sivaramakrishnan, 1995).

As definições de gerenciamento de resultados concentram-se nas intenções gerenciais, que por sua vez, é inobservável. Com isso, é torna-se difícil operacionalizar atribuindo apenas números contábeis relatados (Dechow & Skinner, 2000). Entre as preocupações referente aos procedimentos metodológicos nos estudos empíricos sobre a discricionariedade nos *accruals* está a determinação das variáveis que são as mais úteis para prever os componentes não gerenciados. Entretanto, os números contábeis provavelmente são afetados pelo gerenciamento dos resultados (Kang & Sivaramakrishnan, 1995).

Assim, os *accruals* são definidos como acumulações, representados pela discrepância entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional líquido. Logo, são todas as classificações de resultados que são computadas ao lucro e que não provoquem movimentações de caixa e ou de equivalentes de caixa. A finalidade dos *accruals* é representar o lucro de forma econômica, ou seja, é representar de forma efetiva a riqueza agregada em unidade econômica ao patrimônio da empresa. Contudo, existe o fato do gestor poder tomar as decisões de modo que influencie a



discricionariade, aumentando ou diminuindo os *accruals*. Assim, o gestor pode manipular o lucro por razões discrepantes ao negócio.

Os *accruals* podem ser tanto discricionários quanto não discricionários. A diferença entre eles é que os não discricionários têm o intuito de gerir os resultados contábeis, enquanto os discricionários se referem a uma *proxy* do gerenciamento de resultados (Martinez, 2008). Dentro os incentivos para o gerenciamento de resultados, tem-se para evitar perdas, sustentar o desempenho recente e piorar resultados negativos (Martinez, 2008).

Um dos incentivos para gerenciar resultados é evitar divulgar resultados com prejuízos pequenos, visto que é preferível obter um pequeno lucro do que prejuízo. Assim, com a discricionariade espera-se que as empresas gerenciem o seu resultado negativo para reportar pequenos lucros (Burgstahler & Dichev, 1997). Já com o intuito de sustentar resultados recentes, de forma similar ao anterior, se a queda no desempenho for pequena, a empresa tenderá a utilizar da discricionariade para manter o seu desempenho (Degeorge, Patel & Zeckhauser, 1999). Quando a empresa já apresenta resultados muito ruins e não tem condições de melhorá-los, as empresas podem optar por piorá-los ainda mais, pois no futuro as mesmas podem obter resultados que satisfazem (Burgstahler & Dichev, 1997).

2.2 Reconhecimento de Receita em Contratos de Construção

O reconhecimento de receita em empresas que operam com contratos de construção civil, assim como as demais empresas, tende a ser feita em atendimento pleno ao Regime de Competência, que determina as receitas e despesas e devem ser registradas quando ocorrer eventos econômicos que as determinem os valores recebidos ou desembolsados. Entretanto, existe dificuldade na contabilização dessas operações visto que o ciclo operacional de uma construtora é maior que exercício social (Barbosa, Souza, & Dalfior, 2015).

A contabilidade na construção civil sempre teve dificuldades em relação aos critérios utilizados para contabilização das receitas e despesas, onde muitas vezes não conseguem expressar de forma fiel a situação financeira em suas demonstrações (Calazans & Souza, 2012).

O CPC 17 estabelece a forma como devem ser reconhecidos ou mensurados e também como devem ser contabilizados os resultados no ramo da construção civil, sendo que no ato da elaboração das demonstrações, ao encerrar um exercício, há dificuldades a atribuir as devidas proporções de receitas e despesas, uma vez que as receitas demonstradas se referem a um componente em fase de elaboração.

Para os contratos de construção por empreitada, um conceito de longo prazo tal como superiores a doze meses e contratos de curto prazo de até doze meses. Nos de longo prazo o reconhecimento das receitas ocorre com o andamento da obra, já no de curto prazo apenas ao final da obra, que também pode gerar certa inconsistência contábil nos registros das empresas de construção (Barbosa, Souza, & Dalfior, 2015).

O CPC 30 – Receitas, que também trata da contabilização das receitas, a contabilidade das construtoras enfrenta dificuldades para reconhecimento e contabilização das receitas devido ao princípio contábil da competência, onde o ciclo operacional é maior que exercício social. O ciclo operacional é desde a aquisição de matéria-prima da obra até o efetivo recebimento do valor da venda e o exercício social é o prazo estipulado pela empresa de no máximo doze meses, e deve ser feita a apuração dos resultados, conforme o acordo estabelecido no contrato social (Lorencini, 2012).

A receita é medida pelo valor justo da retribuição recebida ou a receber. Na mensuração da receita pode ser afetada por incertezas que dependem do desfecho nos acontecimentos futuros da construção (Martínez, 2011). Nas receitas de contratos variações são incluídas quando forem prováveis que o cliente aprovará a variação e o valor cobrado, e a quantia da receita puder ser mensurada com confiança. Esta variação pode ter um aumento ou a uma diminuição na receita. (Barlev & Haddad, 2003).



Entra em vigor, no exercício social com início em 2018, o novo Pronunciamento Técnico CPC nº 47, espelhado na IFRS nº 15, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passa a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle de um bem ou serviço, seja essa transferência observada em um momento específico (“*at a point in time*”), seja essa transferência observada ao longo do tempo (“*over time*”), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance” contratuais.

2.3 Estudos Anteriores

O estudo de Ferreira e Theóphilo (2007) abordou o conhecimento sobre Contabilidade nas empresas de construção civil, no que tange aos aspectos de reconhecimento de receitas e despesas. Para isso, foi reunido estudos dos conceitos teóricos sobre a Contabilidade de empresas do setor e foram observados os princípios, normas e práticas contábeis, e ainda, também foi abordado aspectos da legislação tributária brasileira, com o intuito de comparar com a prática realizada por uma empresa desse segmento. Os achados demonstraram uma melhora pertinente no potencial informativo das demonstrações contábeis após a reformulação inerente a adoção das concepções voltadas a refletir a essência da posição econômico e financeira.

Já Nascimento (2007) teve como objetivo buscar identificar as práticas contábeis nas empresas de construção civil na apropriação de receitas e custos, e ainda, como a aderência dos procedimentos internacionalmente aceitos para essa atividade econômica. Em seus achados, verificou-se que as empresas brasileiras do setor de construção civil não possuem aderência total as normas contábeis provenientes do IAS, IBRACON e CFC, pois esse fato decorre em virtude normatização fiscal divergente. Todavia, existe as atividades referente as construções pesadas, aproximam-se mais das normas fiscais, pois existem maior aderência e harmonia entre as normas e os aspectos fiscais existentes. O que não é valido para os empreendimentos imobiliários.

Com objetivo de identificar os impactos da implantação das normas internacionais nos índices financeiros nas empresas do setor de construção civil, Watanabe (2009) evidenciou a diferença significativa nos indicies financeiros de índice de liquidez geral, corrente, seca, índice de solvência geral, grau de endividamento, entre outros. E ainda, foi constatado uma média das diferenças das proporções de cada grupo patrimonial, no qual demonstrou que existe impactos de magnitude diferente, com altas discrepâncias de valores nas companhias.

As distorções provocadas no *financial reporting* de uma empresa do ramo de construção civil no que se refere aos critérios de construção civil para reconhecimento de receitas e despesas, segundo as normas brasileiras, norte-americanas e internacionais de contabilidade foi objeto de estudo de Niyama, Cavalcante e Rezende (2010). Em seus resultados, demonstraram que as diferentes formas de reconhecimentos de receitas e despesas frente as normas brasileiras, norte americanas e internacionais apresentam distorções no relatórios financeiros. Em evidencia estão os contratos de compra e venda, tanto a prazo quanto à vista de unidades não concluídas.

A influência do fluxo de caixa operacional na identificação do gerenciamento de resultados em empresas da construção civil foi objeto de estudo de Almeida e Bezerra (2012). No qual foi possível identificar a existência da prática de gerenciamento de resultados no segmento de construção civil, em todos os períodos, contudo, o ano de 2009 ficou em evidencia, pois foi o ano que mais se gerenciou os resultados.

No que tange o gerenciamento de resultados, Marcelli (2013) buscou investigar a existência de evidências de práticas de gerenciamento de resultados nos resultados divulgados pelas construtoras brasileiras. Nos achados, foi evidenciado que as demonstrações financeiras publicadas pelas construtoras entre os anos de 2003 a 2006 e nos anos de 2009 e 2010 obtiveram indícios de gerenciamento de resultados. Nesses anos foi utilizado a variável receita líquida dos



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

imóveis vendidos. E ainda, os achados demonstraram que as construtoras de maior porte tendem a gerenciar os resultados mais que as construtoras de menor porte. Os achados demonstram que as informações necessárias para avaliar a qualidade e o desempenho das companhias não são divulgadas, assim sendo, ou autores apontam a necessidade de uma reforma nas políticas de divulgação das demonstrações financeiras.

No âmbito internacional, analisaram as práticas de gerenciamento de resultados em empresas do setor de construção civil na China. Os achados de Li, Chang e Xie (2013), demonstram que as empresas de construção geralmente ajustam seus ganhos de forma negativa, com finalidade de reduzir o desempenho das empresas, e controlar tanto os dividendos e o planejamento tributário.

Os achados de Gonçalves, Batista, Macedo e Marques (2014) demonstraram que a convergência teve impacto positivo, concluindo que as informações internacionais são mais relevantes perante aos padrões brasileiros. E ainda, denota-se que a relevância pode estar atribuída ao fato das normas internacionais estarem voltadas ao mercado de capitais, pois além de produzir informações mais próximas da realidade econômica estabelecem princípios, assim vão além das regras fiscais brasileiras. O ambiente fiscal faz com que as empresas se distanciem de sua realidade econômica, sendo esse fato prejudicial para o mercado de capital, de acordo com especialistas. Dentre as informações, percebe-se que o lucro líquido por ações foi o mais apresentou melhoria do conteúdo informacional. E o ganho informacional pode estar relacionado com a redução do conservadorismo, fazendo com que as empresas mensurem seus resultados mais próximos da realidade, com menor viés.

Em relação a adoção de normas internacionais de contabilidade aos contratos de construção, o estudo de Firmino e Andrade (2015) demonstrou que após a adoção das IFRS, houve aumento nos valores do patrimônio líquido, receita e resultado do período. Todavia, por meio de teste de Wilcoxon, os valores do patrimônio líquido, receitas e resultados das empresas de construção civil não sofreram variações estatisticamente significantes.

Nesta mesma alínea de pesquisa, Mota et al. (2015) analisaram quais as normas provenientes da adoção da IFRS pelo Brasil causaram alterações no Balanço Patrimonial das empresas do setor de construção civil. Em seus achados, ficou demonstrado que as variações na estrutura patrimonial, sendo estas no ativo total, passível exigível e patrimônio líquido. Todavia, com o teste de Wilcoxon, as variações não se demonstraram estatisticamente significantes. Assim, entre as normas que mais implicaram modificações no balanço patrimonial destacam-se; a segregação dos impostos diferidos; reconhecimento de valores em juízo e depósitos judiciais e reconhecimento das permutas.

Os aspectos que envolvem os recibos antecipados, reservas de excedentes obtidos e gestão de resultados de empresas imobiliárias foram analisados por Tao e Zhang (2015). O estudo demonstrou que os recibos antecipadamente fornecem informações relacionadas aos *stakeholders* para prever o desempenho. Todavia, as informações provavelmente refere-se ao gerenciamento de resultados. Assim, os autores ressaltam a necessidade de estabelecer melhorias nos sistemas de informações para reduzir a assimetria de informação entre as partes.

Quanto aos impactos da implementação do IFRS 15 no Brasil nos processos e controles internos para reconhecimento da receita nos contratos de construção, Tavares (2016) destacam as mudanças importantes no processo de reconhecimento de receitas. Devido a norma implementada, exigir mais observação das cláusulas contratuais e da essência dos contratos. Assim, os achados ressaltam a mudança no número de obrigações de desempenho, utilização de fatores limitantes para reconhecimentos de receitas das parcelas variável do contrato e identificação de componentes financeiros. Dessa forma, os principais agentes que sofreram o impacto foram os contadores, auditores e empresas que possuem contratos de construção.

Já Xu et al. (2016) analisaram os comportamentos de gerenciamento de resultados, com base no regime de competência e no fluxo de caixa, das empresas chinesas durante a crise financeira global, o qual obteve resultados relacionados ao segmento de construção civil e de aviação. Nos achados, as empresas chinesas incluíram o gerenciamento de resultados, no que tange a construção civil, a direção do gerenciamento de resultados demonstrou que empresas das indústrias relacionadas a construção manipularam os lucros para cima por meio de atividades baseadas *accruals* ou fluxos de caixa. Os resultados refletem o estímulo do governo chinês para combater a crise financeira global.

Já voltados para a adoção das IFRS 15, Dani et al. (2017) associaram o ganho informacional à redução no conservadorismo que é propiciado à adoção do padrão internacional, IFRS 15, pois nesta o valor justo gera números mais próximos da realidade diminuindo o viés. E assim, permite deixar o lucro mais próximo da realidade econômica, que por consequência, contribui aumentando a relevância das informações para os usuários.

3 METODOLOGIA

Para obter uma resposta ao problema de pesquisa e atingir aos objetivos propostos, utilizou-se de uma abordagem quantitativa, por meio de um estudo empírico, com o emprego de instrumentos estatísticos no tratamento dos dados.

Aplicou-se o modelo desenvolvido por Kang e Sivaramakrishnan (1995) para estimar o gerenciamento de resultados. Primeiro, verificar-se-á o comportamento de gerenciamento de resultados destas empresas analisando-se tanto o modo como a intensidade destas práticas de gerenciamento contábil e, em seguida, investigar-se-á se a adoção do CPC 17 influenciou mudanças nos níveis de gerenciamento de resultados.

Devido aos problemas metodológicos dos modelos de *accruals* discricionários de acumulações totais, que vão desde erros de mensuração, omissão de variáveis até inferências errôneas, Kang e Sivaramakrishnan (1995) propuseram a inclusão de variáveis explicativas provenientes de contas contábeis. Assim o modelo representa desde os custos, despesas, contas do balanço patrimonial.

Dessa forma, esse modelo se utiliza das principais contas do balanço patrimonial na formulação do modelo, com o intuito de minimizar problemas de variáveis omitidas, por trabalhar com as variações para aferir os *accruals* discricionários. Contudo, dentre as variáveis utilizadas estão as instrumentais para controlar o ambiente econômico, as quais podem também ser contaminadas pelo gerenciamento de resultados. Assim, para analisar o gerenciamento de resultados foi utilizado neste estudo o modelo proposto por Kang e Sivaramakrishnan K-S (1995). Os *accruals* não-discricionários são estimados por meio da regressão descrita na Equação 1.

$$\frac{AB_{it}}{At_{it-1}} = \beta_0 + \beta_1 \left(\frac{\delta_1 Rec_{it}}{At_{it-1}} \right) + \beta_2 \left(\frac{\delta_2 D_{it}}{At_{it-1}} \right) + \beta_3 \left(\frac{\delta_3 PPE_{it}}{At_{it-1}} \right) + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde:

AB_{it} refere-se aos *accruals balance* da empresa i no período t , ponderados pelos ativos totais no final do período $t-1$;

$CR + INV + OCA - CL - Deprec$ e;

CR é o saldo das contas a receber da empresa i no período t ;

INV é o saldo da conta estoques da empresa i no período t ;

OCA são outros ativos circulantes excluindo caixa, contas a receber e estoques no período t ;

CL Passivo circulante excluindo impostos a pagar e parcelas de dívidas de longo prazo no circulante no período t ;

$Deprec$ é o saldo da conta despesas antecipadas da empresa i no período t ;

At_{it} é igual aos ativos totais da empresa i no período t ;

Rec_{it} é o saldo das receitas líquidas da empresa i no período t ;

D_{it} = Despesas operacionais antes da empresa i no período t ;

PPE_{it} demonstra o saldo das contas do Ativo Imobilizado empresa i no período t ;

E os parâmetros de especificidade das empresas são representados da seguinte forma:

δ_1 refere-se ao quociente de $\frac{CR_{i,t-1}}{Rec_{i,t-1}}$ e;

δ_2 refere-se ao quociente de $\frac{INV_{i,t-1} + OCA_{i,t-1} + CL_{i,t-1}}{AT_{i,t-1}}$ e;

δ_3 é o quociente de $\frac{Depr_{i,t-1}}{PPE_{i,t-1}}$

$\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3$ São os coeficientes linear e angulares

ε_{it} Resíduos da regressão, Acumulação Discricionária;

A amostra deste estudo corresponde as empresas S.A's do setor de construção civil listadas na BM&FBOVESPA, após filtragem dos dados, a quantidade de empresas que compôs a amostra foi igual a 29 e, quanto ao período, foi referente aos anos de 2012 a 2007, devido à vigência do CPC 17. E a escolha deste setor, é pelo fato deste além exercer importante papel na economia do país, também impacta nos demais setores e em suas cadeias produtivas (Marcelli, 2013). E ainda, tem-se muita discussão no que tange a aplicação das práticas contábeis advindas por regulamentações de natureza tributária, o que por sua vez, pode afastar a efetivação das melhores práticas contábeis (Niyama, Cavalcante, & Rezende, 2010).

Dessa forma, foi realizada uma regressão múltipla com uma variável *dummy* para identificar o efeito do CPC 17 na acumulação discricionária (resíduos da regressão referente ao modelo K-S). Além da variável dependente e *dummy*, a equação 2 descreve as variáveis controles utilizadas.

$$Gr_{it} = \beta_0 + \beta_1 END_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 FCO_{it} + \beta_4 TAM_{it} + \beta_5 CPC_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Onde:

Gr_{it} é o gerenciamento de resultado (Resíduos da regressão K-S) das empresas empresa i no período t ;

CPC_{it} variável *dummy* referente ao período do CPC 17, 0 para antes e 1 para depois.

E as variáveis de controle são:

END_{it} é o endividamento da empresa i no período t ;

ROA_{it} é o retorno sobre o ativo da empresa i no período t ;

FCO_{it} é o fluxo de caixa operacional da empresa i no período t ;

TAM_{it} é o tamanho da empresa da empresa i no período t ;

E ainda, foi realizado neste estudo o teste de Mann-Whitney, pois é um teste pertinente para testar médias de duas amostras independentes quando existe a quebra dos pressupostos de normalidade, assim, é um dos testes paramétricos mais poderosos para substituir o teste t de *student* (Favero, Belfiore, Silva, & Chan, 2009). Dessa forma, neste estudo foi utilizado para inferir que os níveis dos *accruals* discricionários médios antes e após a adoção do CPC 17 pelas empresas do setor de construção civil.

Dessa forma, este estudo foi realizado por meio da abordagem de pesquisa quantitativa, na qual é caracterizada pelo empregos de coleta e tratamento de informações por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simplórias como média, desvio padrão até as mais complexas como regressão múltipla (Richardson, 1999). Quanto à coleta de dados, foi realizada por meio de dados secundários, pois as contas contábeis usadas neste estudos foram coletadas por fonte privada, ECONOMÁTICA®. O método utilizado para a análise foi a combinação de corte transversal com séries temporais, denominado dados em painel, com auxílio do *software STATA*®.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente realizou-se o teste para verificar se o comportamento das empresas do setor de construção civil brasileiro, no que se refere aos níveis de gerenciamento de resultados, foi decrescente depois da vigência do CPC 17. A Tabela 1 evidencia o comportamento médio do gerenciamento de resultados proporcionado pelo modelo KS (Equação 1) no período entre 2007 e 2012, que se refere ao momento anterior e posterior ao CPC 17.

Tabela 1 – Resultado do Modelo KS para Empresas Listadas na BM&FBovespa no Período Anterior e Posterior à Vigência do CPC 17

Gerenciamento de Resultados	Antes CPC 17			Depois CPC 17		
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Média dos <i>Accruals</i> Discricionários (ϵ)	0,273684	0,007866	-0,05142	-0,00992	-0,10542	-0,11479
Regressão Linear Múltipla - Modelo KS						
R ²	Sig do Modelo		Durbin-Watson		VIF	Nº de Observações
24%	0,000		1,942		1,008	174
Variáveis	Coeficiente		T Test		Sig.	
β_1	,344		4,805		,000***	
β_2	,162		3,127		,002***	
β_3	,416		4,551		,000***	
(Constante)	0,398		10,084		,000***	
*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05- * Significância ao nível de 0,10						

Fonte: Os Autores (2017)

Observa-se na Tabela 1 que a modelagem estatística utilizada a fim de verificar o nível de gerenciamento de resultado mostra-se consistente, uma vez que o modelo, composto de 174 observações, apresenta-se significativo ao nível de 1%. O R², sendo este o poder explicativo, é de 24%, o que pode ser considerado relevante. Além disso, o Durbin-Watson de 1,942 é confiável, pois o valor é ideal para o modelo em estudo, uma vez que está próximo de 2. Além de não haver problemas de multicolinearidade, conforme aponta teste VIF (Fator de Inflação de Variância).

Percebe-se que o comportamento do gerenciamento de resultados em empresas do setor de construção civil é decrescente entre o período de 2007 a 2012. A redução mais acentuada foi entre o período de 2007 a 2008. Apesar de haver um aumento nos níveis de gerenciamento de resultados de 2009 a 2010, no período de vigência do CPC 17, 2010 a 2012, nota-se que houveram reduções sucessivas. Outra constatação é de que a partir de 2009 o gerenciamento de resultados destas empresas é negativo, o que significa que as mesmas reduzem seus resultados para baixo.

As diferentes formas de reconhecimento e de receita e despesa, considerando a discricionariedade existente neste setor, frente as normas nacionais e internacionais, apresentam distorções nos relatórios financeiros, conforme é evidenciado no estudo de Niyama, Cavalcante e Rezende (2010). A qualidade da informação contábil é comprometida nas empresas do setor de construção civil, percebendo-se que estas empresas têm divulgado seu desempenho de forma negativa, confirmando-se o que é estabelecido por Healy (1985), isto é, o resultado não é gerenciado somente para melhorar os resultados, mas também para reduzi-los.

Este resultado também se aproxima ao observado no estudo de Silva (2009), em que buscou identificar e analisar os valores de gerenciamento de resultados nas Companhias Abertas e Fechadas da região Sul do Brasil por segmentos econômicos especificados pela BM&FBovespa. Silva (2009) observou que no setor de construção civil uma disparidade entre os níveis de gerenciamento de resultados, ora sendo negativos para algumas empresas em determinados períodos, ora positivos. Os resultados apresentados na Tabela 1, conforme as

médias obtidas pelos *accruals* discricionários, demonstram variar entre positivos, em 2007 e 2008, e negativos, em 2009 a 2012.

No estudo de Xu et al. (2016), analisando o comportamento das empresas chinesas no período de crise financeira global, observou-se que o gerenciamento das empresas relacionadas à construção é positivo. No entanto, Li, Chang e Xie (2013) analisaram as empresas do setor de construção civil da China, sem considerar um período em especial, observaram que estas empresas também ajustam seus resultados de forma negativa, o que corrobora com as evidências das empresas brasileiras. Uma das justificativas trazidas pelos autores e que pode explicar essa constatação deste setor no Brasil, é que as empresas reduzem seu desempenho para controlar tanto os dividendos e o planejamento tributário.

Em uma segunda análise, com o objetivo de analisar os níveis de gerenciamento de resultados, calculou-se os resíduos da regressão (*accruals* discricionários) em valores absolutos, o que permite inferir a respeito dos níveis de gerenciamento nestas empresas, sejam eles positivos ou negativos. A análise dos resíduos em valores absolutos é importante, pelo fato de que tem de verificar a qualidade da informação contábil (Krishnan, 2003), sendo inclusive normalmente utilizado em estudos nacionais (Almeida & Almeida, 2009). Por isso, apresenta-se a Tabela 2, a qual divulga os resultados do modelo KS em valores absolutos das empresas do setor de construção civil no período de 2007 a 2012.

Tabela 2 – Resultado do Modelo KS em valores absolutos para Empresas Listadas na BM&FBovespa no Período Anterior e Posterior à Vigência do CPC 17

Gerenciamento de Resultados	Antes CPC 17			Depois CPC 17		
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Média dos <i>Accruals</i> Discricionários (ϵ)	0,518756	0,302446	0,223451	0,2308089	0,165894	0,172934
Regressão Linear Múltipla - Modelo KS						
R ²	Sig do Modelo		Durbin-Watson		VIF	
24%	0,000		1,942		1,008	
Variáveis	Coeficiente		T Test		Sig.	
β_1	,344		4,805		,000***	
β_2	,162		3,127		,002***	
β_3	,416		4,551		,000***	
(Constante)	0,398		10,084		,000***	

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05- * Significância ao nível de 0,10

Fonte: Os Autores (2017)

De acordo com a Tabela 2, observa-se os valores dos resíduos medidos em valores absolutos é possível perceber a intensidade do gerenciamento de resultados, independentemente do sentido, das empresas do setor de construção civil no Brasil entre o período anterior e posterior a vigência do CPC 17, que foi uma adaptação às normas internacionais, à qual equivale ao IAS 11.

É possível inferir que os níveis de gerenciamento reduzem em quase todos os períodos, com exceção de 2009-2010 e 2011-2012, o que demonstra que as escolhas contábeis feitas pelas empresas desta amostra reduziram o grau de gerenciamento de resultados depois da vigência do CPC 17 e adaptação às normas internacionais de contabilidade, o que sugere que esta norma pode ter servido como um contra incentivo ao gerenciamento de resultados. A maior redução pode ser observada de 2007 a 2008, sendo que o nível de gerenciamento de resultados em 2009 (0,213146) está bem acima do que no último período (0,166329).

O estudo de Klann (2011) observou que as empresas brasileiras aumentaram os níveis de gerenciamento de resultados no período de pós-convergência as normas internacionais do IASB. Apesar disso, os resultados apresentados na Tabela 2 corroboram com os achados de

Joia e Nakao (2014), que observaram uma redução nos níveis de gerenciamento após a adoção das normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras, ainda que eles não tivessem demonstrado significância estatística.

Assim, as normas internacionais, bem como o próprio CPC 17, melhoraram o potencial informativo das demonstrações contábeis após a reformulação as normas contábeis, a qual buscava refletir melhor a essência da posição econômico e financeiro, conforme evidencia Ferreira e Theóphilo (2007). Outro fato a ser constatado, é que além do CPC 17 ter afetado os procedimentos de reconhecimento de receita e despesa, tem-se o atual IFRS 15, que irá ser aplicado a partir de 2018 para as empresas deste setor, justificando essa pesquisa inicial para verificar os potenciais impactos que também poderão advir dessa nova padronização internacional.

Especificamente, nas empresas do setor de construção civil, assim como os estudos de Silva (2009), Almeida e Bezerra (2012), Li, Chang e Xie (2013), Marcelli (2013) e Xu et al. (2016), percebeu-se a existência de gerenciamento de resultados neste setor. Almeida e Bezerra (2012) analisaram o período de 2007 a 2009, constataram o ano de maior gerenciamento foi o de 2009, contrariando o resultado da nossa pesquisa, a qual destacou o ano de 2007, isso pode ser devido ao modelo de mensuração utilizado. Marcelli (2013) também observou indícios de gerenciamento de resultados, principalmente, nos anos de 2009 e 2010, além de terem percebido que as construtoras de maior porte gerenciam mais que as construtoras menores.

Portanto, percebe-se que a qualidade de informação divulgada pelas empresas do setor de construção civil é comprometida. Como o objetivo do trabalho é ir além de analisar os níveis de gerenciamento de resultados das empresas deste setor, mas buscar fomentar a discussão e preencher a lacuna das pesquisas no que se refere a contribuição da adoção das normas internacionais na redução dos níveis de gerenciamento de resultados destas empresas, parte-se então para o Teste de Diferença de Médias (Tabela 3) e da regressão linear múltipla (Tabela 4) para confirmar estatisticamente a influência do CPC 17 na redução dos níveis de gerenciamento das companhias abertas brasileiras do setor de construção civil.

Tabela 3 – Teste U de Mann-Whitney entre GR e CPC 17

	Média antes CPC 17	Média depois do CPC 17	Z
GR	0,3448	0,1790	-3,502***

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05- * Significância ao nível de 0,10

Fonte: Os Autores (2017)

O Teste U de Mann-Whitney permite inferir que os níveis dos *accruals* discricionários médios foram reduzidos de forma estatisticamente significativa após a adoção do CPC 17 pelas empresas do setor de construção civil. Assim, é possível confirmar que além da aderência às normas internacionais, como também especificamente o CPC 17, que impacta o reconhecimento de receitas e despesas do setor de construção civil, reduziram o nível de gerenciamento, já que o teste de diferença de média para os grupos foram significantes ao nível de 1%.

Para analisar o impacto do evento da adoção do CPC 17 sobre o gerenciamento de resultados, realizou-se o cálculo do modelo proposto na Equação 2, que se trata de uma regressão linear múltipla com dados em painel. Os resultados da regressão, bem como os pressupostos do modelo, estão evidenciados na Tabela 4.

Tabela 4 - A influência do CPC 17 nos níveis de Gerenciamento de Resultados das Empresas do Setor de Construção Civil

Prob>F	R ²	VIF	DW	Teste BP/CW	Teste White	Teste B e P	F de Chow	Teste Hausman	Nº OBS
0.0000	0.1650	1.24	1.390979	0.0000	0.0662	0.4394	0.0954	0.0286	174
Variáveis Indep.		Painel com Efeitos POLS							

	Coefficiente	Erro Padrão	T	P-Value	Interv. Conf. 95%	
CPC17	-.1463275	.0365623	-4.00	0.000***	-.2185084	-.0741467
END	-.0401803	.0702525	-0.57	0.568	-.1788717	.0985111
ROA	-.4081899	.1868849	-2.18	0.030***	-.7771353	-.0392444
FCO	-4.49e-08	5.26e-08	-0.85	0.394	-1.49e-07	5.90e-08
TAM	-.0229541	.00511	-4.49	0.000***	-.0330422	-.012866
_cons	.6461868	.0992395	6.51	0.000***	.4502697	.842104

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05- * Significância ao nível de 0,10

Fonte: Os Autores (2017)

Os resultados dos testes *Breusch-Pagan* (0,4394), *F de Chow* (0,0954) e *Hausman* (0,0286), indica que a modelagem apropriada para análise da amostra estudada com dados em painel é de efeitos POLS, pois o teste de *Breusch-Pagan* apresentou-se maior que 0,05, o que consequentemente levou-se a verificar o teste de *Chow*, que sinalizou-se maior que 0,05.

Observa-se na Tabela 4, que a modelagem utilizada a fim de verificar a influência do CPC 17 sobre os níveis de gerenciamento de resultados das empresas do setor de construção civil (Equação 2), mostra-se consistente, uma vez que o modelo composto por 174 observações apresenta-se significativo ao nível de 1%. O R^2 , sendo este o poder explicativo do modelo, é de 16%. A variável independente CPC 17, ROA e TAM são capazes de explicar a dependente (GR). O modelo não apresenta problemas de auto correlação, uma vez que o *Durbin-Watson* é de 1,390979, além de não haver problemas de multicolinearidade, conforme aponta o teste VIF (1,24). O teste de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* (0,0000) indica ter problemas de heterocedasticidade nos resíduos, apesar de o teste de *White* (0,0662) não demonstrar isso, por isso, para confiabilidade e robustez, aplicou-se a correção robusta de *White*.

A partir dos resultados da regressão, é possível perceber que a adoção do CPC 17 influenciou negativamente os níveis de gerenciamento de resultados, considerando um nível de 1% de significância. Essa constatação sugere que a norma serviu como um mecanismo de contra incentivo ao gerenciamento de resultados das empresas do setor de construção civil. Esse resultado corrobora com as análises anteriores, em que se verificou o comportamento médio dos *accruals* discricionários e o teste de diferença de médias.

Esse resultado confirma alguns estudos (Barth, Landsman, & Lang, 2008; Jeanjean & Stolowy, 2008; Iatridis, 2010; Iatridis & Rouvolis, 2010; Bonfim, Silva, Gonçalves, & Silva, 2016) e contrasta aos achados de outros que não encontraram relação entre a redução do gerenciamento de resultados com a adoção de padrões internacionais (Tendeloo & Vanstraelen, 2005; Elbannan, 2011; Joia & Nakao, 2013), por isso avança com a discussão dos estudos anteriores a respeito deste tema, bem como prepara o assunto para a nova norma (IFRS 15) que impactará o reconhecimento de receitas e despesas das empresas deste setor.

Os estudos de Firmino e Andrade (2015) e Mota et al. (2015) analisaram o impacto da adoção de normas internacionais no balanço patrimonial das empresas do setor de construção civil, os resultados sugeriam não haver diferença estatisticamente significativa. Apesar desse resultado, os resultados apontados pela Tabela 4 indicam que o CPC 17 influenciou o nível de gerenciamento de resultados destas empresas, a qual é calculado diretamente por diversas contas contábeis, conforme se apresenta na Equação 1.

Tendeloo e Vanstraelen (2005) concluíram que não há diferença no GR entre as empresas que divulgam em IFRS e no padrão de divulgação da Alemanha. Elbannan (2011) encontrou um resultado não significativo ao analisar se as empresas do Egito tiveram seus índices de GR reduzidos após a adoção do IAS. Joia e Nakao (2013) não confirmaram a hipótese de que a adoção de IFRS afetou o nível de gerenciamento de resultados das empresas brasileiras no período de 2006 a 2011. Portanto, percebe-se que ao verificar as características específicas do cenário brasileiro das empresas do setor de construção civil, os resultados são diferentes, demonstrando uma relação significativa entre a redução do GR e a adoção do CPC 17.

Barth, Landsman e Lang (2008) observaram que a aplicação das normas internacionais está associada a um menor GR em uma amostra de 21 países, representando uma melhoria na qualidade da informação contábil. Iatridis (2010) em empresas do Reino Unido, Iatridis e Rouvolis (2010) em empresas da Grécia, e Jeanjean e Stolowy (2008) em empresas da Austrália e Reino Unido, encontraram resultados que indicam diminuição no nível de GR após a introdução do IFRS, países *common-law*, enquanto Jeanjean e Stolowy (2008) não obtiveram o mesmo resultado na França, país *code-law*, igualmente ao Brasil. Bonfim et al. (2016) demonstraram que a utilização das IFRS vem diminuindo o nível de suavização dos resultados para as seguradoras brasileiras. Percebe-se que as empresas do setor de construção brasileiras estão alinhadas aos resultados de algumas pesquisas internacionais, demonstrando que ainda que o Brasil tenha característica de ser um país *code-law*, o setor oferece característica que diferenciam outros resultados já obtidos no Brasil.

Portanto, por se tratar de um setor específico e de peculiaridades especiais, percebe-se que as empresas deste setor tiveram seus níveis de gerenciamento de resultados reduzidos com o CPC 17. Assim como ressalta no estudo de Santiago, Cavalcante e Paulo (2015), o CPC 17 afetou o comportamento conservador dos resultados contábeis, além de alterar a persistência divulgadas pelas empresas deste ramo.

O IFRS 15 poderá impactar novamente este setor, trazendo mudanças na qualidade da informação contábil, visto que busca melhorar a comparabilidade e possíveis inconsistências nos critérios de reconhecimento de contratos (Dani et al., 2017). Além disso, o IFRS 15 permitirá maiores níveis de discricionariedade no reconhecimento de receitas e despesas, o que faz com que as escolhas contábeis das empresas reflitam o julgamento da administração o que pode recair em atendimento de interesses particulares do próprio administrador ou organização (Niyama, Rodrigues, & Rodrigues, 2015). Assim, a necessidade de já discutir sobre gerenciamento de resultados nestas empresas neste momento faz parte de uma discussão anterior à vigência desta norma, possibilitando discussões futuras, quando de sua vigência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar o comportamento das empresas brasileiras do setor de construção civil listadas na BM&FBovespa em relação ao gerenciamento de resultados nos anos anteriores e posteriores à adoção do CPC 17. Devido aos impactos dos padrões internacionais na contabilidade, o próprio pronunciamento contábil CPC 17 e o 47, torna-se pertinente olhar o comportamento passado para prever os impactos do novo padrão contábil.

Ao longo dos anos analisados, de 2007 a 2012, é possível identificar que em média o Gerenciamento de Resultados foi decrescente e, demonstra que o CPC 17 influenciou a gestão de resultados. Assim, de acordo com o modelo utilizado para a análise, os resultados evidenciaram que após a vigência da norma, as organizações do setor de construção civil gerenciaram as suas acumulações discricionárias com o intuito de reduzir o seu lucro.

Assim, da mesma forma que os resultados de Li, Chang e Xie (2013) com empresas de construção na China, observou-se que a prática de gerenciamento de resultados é negativa neste setor. Entretanto, nosso estudo avança no sentido de não só verificar o comportamento do gerenciamento de resultados, como também observar a influência que a padronização contábil trouxe para as práticas desta empresa.

Quanto à influência do CPC 17 sobre o Gerenciamento de Resultados, os achados deste estudo demonstram consistência ao nível de significância de 1% e, as variáveis de controle, ROA e TAM também foram capazes de explicar o gerenciamento de resultados ao mesmo nível de significância. E ainda, tanto o CPC17, ROA e TAM, tiveram impacto negativo na proporção que as empresas gerenciam os seus resultados, assim, quanto maior o ROA e o TAM das empresas menor será o Gerenciamento de Resultados. Dessa forma, a adoção do CPC 17 foi um contra incentivo as práticas de gerenciamento de resultados destas empresas.



Estes resultados confirmam o problema de reconhecimento de receitas no setor de construção civil (Calazans & Souza, 2012). A gestão de resultados de forma negativa continuou decrescendo após a implementação do CPC 17, o que permite entender que as informações necessárias para avaliar a qualidade e desempenho das companhias não são divulgadas, demonstrando a necessidade de reformulação de políticas de divulgação das demonstrações financeiras (Marcelli, 2013).

Assim, a adoção de padrões internacionais, como o CPC 17 e 47, deve ser vista com cautela, visto a discrepância existente entre as empresas brasileiras comparadas às norte-americanas (Niyama, Calvalcante, & Rezende, 2010). Visando o impacto da IRFS 15, Dani et al. (2017) ressaltam a necessidade de adequação à IFRS 15, pois as mudanças relacionadas tanto no registro quanto no reconhecimento já estão sendo aceitas no âmbito do setor. E ainda, ressalta-se que esses achados se assemelham ao de Gonçalves et al. (2014), pois está associado à redução do conservadorismo.

Contudo, ressalta-se que no primeiro ano após a implementação do CPC 17 também houve uma variação positiva no que tange o gerenciamento de resultados, porém, nos anos posteriores é perceptível que o comportamento de conservadorismo não só prevaleceu como se agravou. Logo, só é possível ter uma visão ampla do impacto da nova norma após o período de sua adoção, pois assim como na adoção do CPC 17 (IAS 11) a adoção do CPC 47 (IRFS 15) pode no primeiro ano pode-se ter uma variação positiva, mas nos demais anos o comportamento ainda pode prevalecer.

Como limitações do estudo tem-se o comportamento da perspectiva da norma será substituída pela a IRFS 15, visto que ainda não entrou em vigência e não pode-se mensurar o seu efeito antes e após. E ainda, outros setores podem apresentar resultados divergentes destes devido à questão do reconhecimento de receitas que é uma dificuldade do setor. Para estudos posteriores, recomenda-se analisar o comportamento dos demais setores e, o gerenciamento de resultados de acordo com o início da vigência de outros padrões internacionais implementados no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Almeida, J. E. F., & de Almeida, J. C. G. (2009). Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(50), 62-74.
- Almeida, D. M., & Bezerra, F. A. (2012). Influência do fluxo de caixa operacional no gerenciamento de resultados em empresas da construção civil listadas na BM&FBovespa. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, 9(3), 228-238.
- Barbosa, T. C. M., Souza, C. A., & Dalfior, V. A. O. (2015). Reconhecimento e evidenciação da receita e despesa por empresas da construção civil em conformidade com o CPC 17 – Contratos de Construção. *Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 12.
- Barlev, B., & Haddad, J. R. (2003). Fair value accounting and the management of the firm. *Critical Perspectives on Accounting*, 14(4), 383-415.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of accounting research*, 46(3), 467-498.
- Beckman, J., & Koczan, M. (2006). The FASBS Revenue Recognition Project: Pervasive Issues In Long-Term Contract Accounting. *Construction Contract & Taxation*, 16(4), 35-40.
- Bonfim, M. P., Silva, J. P., Gonçalves, R. S., & Silva, C. A. T. (2016). Adoção ao padrão IFRS e suavização dos resultados nas seguradoras brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 12(4), 152.



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

Burgstahler, D., & Dichev, I. (1997). Earnings management to avoid earnings decreases and losses. *Journal of accounting and economics*, 24(1), 99-126.

Calazans, W. G., & Souza, F. A. (2012). O Impacto da Lei 11.638/07 no Resultado das Empresas do Setor de Construção Civil Listadas na Bovespa. *Anais do Congresso de Contabilidade e Controladoria*, São Paulo, SP, Brasil, 12.

Coelho, A. C. D., & Lopes, A. B. (2007). Avaliação da prática de gerenciamento de resultados na apuração de lucro por companhias abertas brasileiras conforme seu grau de alavancagem financeira. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(SPE2), 121-144.

Dani, A. C., Santos, C. A., Filho, L. P., & Klann, R. C. (2017). Efeito da adoção antecipada da IFRS 15 na Qualidade da Informação Contábil. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*, 36(2), 131-146.

Dechow, P. M., & Skinner, D. J. (2000). Earnings management: Reconciling the views of accounting academics, practitioners, and regulators. *Accounting horizons*, 14(2), 235-250.

Degeorge, F., Patel, J., & Zeckhauser, R. (1999). Earnings management to exceed thresholds. *The Journal of Business*, 72(1), 1-33.

Elbannan, M. A. (2011). Accounting and stock market effects of international accounting standards adoption in an emerging economy. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 36(2), 207-245.

Falcão, D. F., Pinto, L. J. S., & Niyama, J. K. (2014). Reconhecimento da receita de venda imobiliária: um estudo das maiores s/a's brasileiras no mercado residencial. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(1), 24-41.

Ferreira, A. R., & Theóphilo, C. R. (2007). Contabilidade da construção civil: estudo sobre as formas de mensuração e reconhecimento de resultados. *RIC-Revista de Informação Contábil*, 1(1), 49-67.

Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of accounting and economics*, 31(1), 255-307.

Firmino, R. G., & De Andrade, J. M. R. (2015). Análise da adoção das IFRS pelas companhias abertas brasileiras do setor de construção. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 9(3), 5-17.

Gonçalves, J. C., Batista, B. L. L., Macedo, M. A. S., & Marques, J. A. V. C.. (2014). Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. *Revista Universo Contábil*, 10(3), 25-43.

Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, 13(4), 365-383.

Healy, P. M. (1985). The effect of bonus schemes on accounting decisions. *Journal of accounting and economics*, 7(1-3), 85-107.

Iatridis, G. (2010). International Financial Reporting Standards and the quality of financial statement information. *International Review of Financial Analysis*, 19(3), 193-204.

Iatridis, G., & Rouvolis, S. (2010). The post-adoption effects of the implementation of International Financial Reporting Standards in Greece. *Journal of international accounting, auditing and taxation*, 19(1), 55-65.

Jeanjean, T., & Stolowy, H. (2008). Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal of accounting and public*



policy, 27(6), 480-494.

Joia, R. M., & Nakao, S. H. (2014). Adoção de IFRS e gerenciamento de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 8(1), 22-38.

Klann, R. C. (2011). *Gerenciamento de resultados: análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS*. Tese de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Brasil, Santa Catarina, Blumenau.

Krishnan, G. V. (2003). Does Big 6 auditor industry expertise constrain earnings management?. *Accounting horizons*, 17, 1.

Kang, S. H. & Sivaramakrishnan, K. (1995). Issues in testing earnings management: an instrumental variable approach. *Journal of Accounting Research*, 33(2), p. 353-367.

Lemes, S., & de Carvalho, L. N. G. (2009). Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e US GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(50), 25-45.

Leuz, C., Nanda, D., & Wysocki, P. D. (2003). Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of financial economics*, 69(3), 505-527.

Li, C., Chang, Y., & Xie, Y. (2013). Empirical Study on Earnings Management of Listed Construction Enterprises in China. *ICCREM: Construction and Operation in the Context of Sustainability*. 900-909.

Lorencini, F. D., & da Costa, F. M. (2012). Escolhas contábeis no Brasil: identificação das características das companhias que optaram pela manutenção versus baixa dos saldos do ativo diferido. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(58), 52-64.

Marcelli, R. (2013). Gerenciamento de resultados em companhias brasileiras do setor da construção civil. 105 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - FECAP - Faculdade Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo.

Martinez, A. L. (2001). *Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Martinez, A. L. (2008). Detectando Earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. *Revista Contabilidade & Financeira*, 19(46), 7-17.

Mota, R. H. G., Ventura, A. F. A., Cunha, A. C., & Paulo, E. (2015). Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: Um estudo no setor de Construção Civil com ações listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Ambiente Contabil*, 7(1), 1-17.

Nascimento, H. J. A. (2007). Reconhecimento de receita e despesa em empresas de construção civil no Brasil: um estudo da aderência às normas contábeis. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. – PUC, São Paulo.

Niyama, J. K., Cavalcante, P. R. N., & Rezende, I. C. C. (2010). Normas Contábeis Brasileiras, Norte-americanas e Internacionais aplicáveis ao setor de Construção Civil: uma análise comparativa numa empresa do Estado da Paraíba. In *IV Congresso ANPCont*.



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

Niyama, J. K., Rodrigues, A. M. G., & Rodrigues, J. M. (2015). Algumas reflexões sobre contabilidade criativa e as normas internacionais de contabilidade. *Revista Universo Contábil*, 11(1), 69.

Oliveira, V. A., & Lemes, S. (2011). Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(56), 155-173.

Paulo, E. (2007). *Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados*. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Richardson, V. J. (2000). Information asymmetry and earnings management: Some evidence. *Review of quantitative finance and accounting*, 15(4), 325-347.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (3rd ed.). São Paulo: Atlas.

Santiago, J. S., Cavalcante, P. R. N., & Paulo, E. (2015). Análise da persistência e conservadorismo no processo de convergência internacional nas empresas de capital aberto do setor de construção no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 11(2), 174-195.

Schipper, K. (1989). Commentary on earnings management. *Accounting horizons*, 3(4), 91-102.

Silva, M. (2009). *Gerenciamento de resultados contábeis: estudo nas companhias abertas e fechadas do sul do Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, área de concentração Controladoria, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, Blumenau.

Tao, P., & Zhang, X. (2015). Receipts in Advance and the Earned Surplus Reserves and Earnings Management of Real Estate Enterprises. *ICCREM*, 829-834.

Tavares, T. N. (2016). A implementação do IFRS 15 no Brasil: análise das mudanças nos processos e controles internos para reconhecimento da receita nos contratos de construção. 2016. [74 f.]. Dissertação (Controladoria Empresarial) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, [São Paulo].

Van Tendeloo, B., & Vanstraelen, A. (2005). Earnings management under German GAAP versus IFRS. *European Accounting Review*, 14(1), 155-180.

Watanabe, L. A. (2009). Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: ensaio nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras do setor da construção civil e incorporação imobiliária. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Watts, R. L. (1992). Accounting choice theory and market-based research in accounting. *The British Accounting Review*, 24(3), 235-267.

Xu, G., Xu, G., Ji, X., & Ji, X. (2016). Earnings management by top Chinese listed firms in response to the global financial crisis. *International Journal of Accounting and Information Management*, 24(3), 226-251.